

Entrevista

Ciro Flamarion CARDOSO (UFF)

por Cristiano Alencar ARRAIS (UFG-CAC)

Ciro Flamarion Cardoso nasceu em Goiânia e é um dos historiadores mais renomados do Brasil. Fez seu doutorado na Universidade de Paris X e, desde o final dos anos 1970 é professor na Universidade Federal Fluminense. Sua produção abarca reflexões sobre Teoria da História, História Antiga, História da América, e, em torno de temas diversos que vão desde estudos sobre o escravismo colonial, o marxismo, historiografia contemporânea e egiptologia, dentre outros. É autor/organizador de obras seminais como *Os métodos da História*, *Domínios da História* e *História Econômica da América Latina*.

Um exercício de auto-reflexão me parece ser a forma mais apropriada de iniciar essa entrevista. Sua vida profissional tem girado sempre entre dois pólos principais, a Teoria e Metodologia da História e os estudos sobre Antiguidade. Seria possível estabelecer um percurso das escolhas profissionais e, ou, pessoais que o levaram a trilhar este caminho?

Na realidade, foram *três* pólos, dos quais dois permanecem vigentes. Durante muito tempo, pesquisei, escrevi e publiquei também sobre a História da América, com ênfase na escravidão moderna. É verdade, porém, que desde 1992 deixei de atuar neste setor específico, continuando a fazê-lo nos outros dois: a História Antiga, sobretudo a Egiptologia; e a Teoria e Metodologia da História. Se tento buscar as origens das escolhas das diversas áreas em que atuei profissionalmente, constato que foram heterogêneas em sua natureza. O interesse pelo Egito antigo é uma constante durante a maior parte de minha vida, iniciando-se pela influência de certas leituras feitas aos 13 anos de idade (entre elas, o romance *O egípcio*, de Mika Waltari, e a obra de introdução à Arqueologia para grande público *Deuses, túmulos e sábios*, de Ceram). As fixações que datam da infância costumam ser difíceis de explicar. Outra delas, até mais antiga, posto que começou aos nove anos de idade, mas que só em anos relativamente recentes chegou a desembocar em trabalhos de pesquisa, foi a ficção científica: acabo de publicar (no final de 2006) um artigo sobre o tema na revista da Fiocruz – e não foi o primeiro –, e tenho sobre este tema um livro publicado em 2003. Quanto à Teoria e Metodologia da História, meu pai, já falecido, era comunista (ou, mais exatamente, foi comunista durante muitos anos): por sua influência, comecei a ler sobre o marxismo muito cedo, interessando-me intensamente por tal corrente teórica. Outrossim, constatei, durante meus estudos de Graduação em História na UFRJ (1962-1965) quão deficiente era a formação teórico-metodológica num Curso de História, naquela época, contextualizado, com pouquíssimas exceções, por total ausência de pesquisa histórica que gerasse conhecimentos novos. Assim, quando comecei meus estudos de doutorado, achei que devia desenvolver leituras de cunho teórico e metodológico, aproveitando a riqueza das bibliotecas da França, onde então estudava (1967-1971), aplicando na preparação da tese o cabedal adquirido e tratando, a seguir, em parceria com meu colega de estudos e amigo Héctor Pérez Brignoli, que conheci em Paris, de escrever a respeito, primeiro em espanhol, mais tarde sozinho e em português, trabalhos que fossem ao mesmo tempo paradigmáticos e polêmicos nesse campo. Com eles, participei dos dois grandes debates acadêmicos que foram centrais em minha trajetória: o primeiro, a favor do marxismo e da corrente dos *Annales*, e contra a História que mesclava positivismo e historicismo (ou historicismo) em suas concepções, muito forte ainda na América Latina na década de 1970, quando comecei a publicar sobre teoria e metodologia; o segundo, ainda em curso na atualidade, contra duas tendências que considero reacionárias, o pós-modernismo e o “pensamento único” (neoliberalismo, neoliberalismo). Por último, o que me orientou para a História da América foi, de início, ter sido alertado, acertadamente, pela Professora Maria Yedda Linhares, com quem trabalhei logo após me formar e que agiu no sentido de me conseguir uma bolsa na França para meu doutorado (e me facilitar os contatos acadêmicos necessários naquele país), no sentido de que seria melhor que eu pesquisasse, em Paris, algum tema para o qual os arquivos de lá fossem pertinentes. Por tal caminho, acabei preparando uma tese sobre a escravidão na Guiana Francesa, em comparação com outras colônias escravistas (incluindo o Brasil), iniciando, assim, um período de pesquisa e produção de textos a respeito que durou até 1992, como disse. Tal opção,

começada em 1966 ao iniciar, nos arquivos do Rio de Janeiro, a pesquisa sobre a Guiana, continuada a seguir em Caiena (fevereiro de 1967) e desde outubro de 1967 em Paris, confirmou-se, após o doutorado, por ter trabalhado em países da América Espanhola (Costa Rica e México) entre 1971 e 1978.

Como o senhor situa o desenvolvimento do pensamento marxista neste início de século? Superadas as unilateralidades, tanto do economicismo quanto do culturalismo, estaria a historiografia aberta para uma recomposição da idéia de totalidade?

O interesse pelo pensamento marxista no conjunto recuou desde a conjuntura de 1989-1991. O marxismo, que sempre insistiu na união da teoria e da prática, não poderia deixar de sofrer com as sucessivas derrotas políticas dos movimentos de esquerda nas últimas décadas do século XX. Entretanto, na medida em que nenhum dos problemas da Modernidade foi solucionado, e em que a luta frontal contra o sistema capitalista só pode ser empreendida a partir de uma visão holística, acredito que tal visão deverá reaparecer. Não se tratará, porém, de uma simples volta ao marxismo, ou a outro dos paradigmas teórico-metodológicos do século XX; mas, sem dúvida, retomará discussões que o marxismo desenvolveu em caráter pioneiro. Minha convicção a este respeito decorre da absoluta inanidade das alternativas teórico-metodológicas propostas – para citar uma, aquela, avançada por Boaventura de Sousa Santos, de um paradigma emergente de “ciência pós-moderna”.

Em um recente livro de ensaios, *Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios, 2005*, o senhor retoma algumas questões inicialmente exploradas em 1997, com a publicação de *Domínios da História*. Principalmente no que se refere ao paradigma pós-moderno, pode-se perceber uma reavaliação de temas e autores, não?

Nunca tive problemas maiores com propostas como a de ampliação das temáticas de interesse para os historiadores, nem a de desenvolver novos enfoques (como a micro-História) e metodologias inéditas. E o contato com a Antropologia é, segundo creio, tão bem-vindo quanto as aberturas precedentes dos historiadores à Economia, à Demografia ou à Semiótica, em especial se for amplo e não se limitar ao culturalismo centrado na “descrição densa” à maneira de Clifford Geertz, que não é próprio da Antropologia, mas sim, de *uma determinada modalidade* de Antropologia. Meu problema, que não foi de jeito nenhum reavaliado, é com o pós-modernismo *como paradigma*: negação do holismo e do realismo epistemológico, uma “História cultural” baseada num modo pobre de trabalhar as representações coletivas mas apresentada arrogantemente como alternativa à História estrutural e ao interesse pelos aspectos econômicos e sociais, visão “perspectivista” e “desconstrucionista”, multiculturalismo (cujas raízes afundam em correntes intelectuais anticomunistas norte-americanas posteriores à Segunda Guerra Mundial, como foi demonstrado por Russell Jacoby, e cujos princípios lembram muito os que foram avançados para apoiar o *apartheid* sul-africano, como foi ilustrado por Adam Kuper), apoio a movimentos políticos pulverizados em seus objetivos e em suas ações, etc. Neste sentido, *Um historiador fala de teoria e metodologia* volta-se contra os mesmos adversários que minha introdução ao livro coletivo *Domínios da História*: o pós-modernismo e o neoconservadorismo do “pensamento único”. Tanto em um como no outro caso, tratei, porém, de seguir o conselho metodológico sensato de Adam Schaff: em geral, as teorias, incluindo as que combatemos, têm um núcleo ou elementos racionais que é preciso reconhecer e resgatar (se for o caso, procurando novas soluções para as temáticas que tais teorias suscitaram, pois elas não surgiram no vácuo social e, portanto, responderam, em seu aparecimento, a anseios e problemas realmente existentes nas sociedades). Mais do que se declarar simplesmente contra algo, é mais interessante e construtivo um debate que saiba reconhecer tais núcleos ou elementos de racionalidade naquilo que se combate. Obviamente, isto pode ser feito melhor numa coleção de ensaios sobre temas variados, reunidos em um livro, do que num texto curto como é a introdução a uma obra coletiva.

Alguns temas parecem ser recorrentes na historiografia atual, como por exemplo, *narrativa e retórica*. Pode-se dizer que tais temas atendem às demandas internas da disciplina história?

Ou seriam tentativas de responder à aproximação cada vez maior com outras áreas, especialmente, com a filosofia?

Não tenho qualquer dúvida de que existam elementos narrativos e retóricos no que os historiadores escrevem. Afirmá-lo não é, em si, problema algum. O problema começa quando se toma a parte pelo todo e se pretende que a visão e explicação históricas que os historiadores produzem *não passam* de um efeito do discurso, produzido, por exemplo, pelas estruturas narrativas e por elementos retóricos. É verdade que tal visão decorreu em primeiro lugar de pessoas com formação em literatura, não em História, como é o caso de Dominick LaCapra ou de Hayden White. Teve, no entanto, grande repercussão entre historiadores profissionais. Assim – e isto me permite um exemplo que vai no sentido do que desenvolvi ao responder a pergunta anterior –, pode ser pertinente mostrar ser impropriedade a incompatibilidade, postulada por autores como os mencionados, entre a história que os homens fazem enquanto vivem e as estruturas narrativas, ou seja, demonstrar que estas últimas são vivenciadas (individual e coletivamente) antes de serem metodologicamente elaboradas. Tal *démarche* é, creio, mais útil do que simplesmente criticar a visão presente em autores como Ankersmit, Kellner, White ou LaCapra. O aspecto filosófico sem dúvida existe também: decorre da preocupação central do pós-modernismo perspectivista com os aspectos cognitivos dos conhecimentos e disciplinas que se voltam para o humano e o social, como base para seus empreendimentos desconstrucionistas.

Essa abertura da história para novos diálogos (que não está restrita ao grupo da História Nova) pode ser entendida como uma característica conservadora ou progressista da historiografia contemporânea?

Em minha opinião, não existem métodos conservadores ou progressistas em si: tudo depende do que se fizer com eles, das hipóteses de trabalho que fundamentarem o seu uso ao pesquisar e escrever História. Em todo caso, minha experiência é que a aproximação, como historiador, a metodologias e enfoques gerados em outras disciplinas torna-se mais útil e relevante se for *transdisciplinar*, isto é, se se puser as “ferramentas” assim adquiridas a trabalhar na perspectiva da própria História, em lugar de querer o historiador se transformar em antropólogo, semiotista, sociólogo, etc. – coisa que, aliás, raramente consegue com êxito e pertinência.

Outra tendência significativa é a atualização de antigos clássicos da historiografia ocidental, ou sua reavaliação, como procedeu Hartog com Fustel de Colanges. No caso brasileiro, existe algum autor que o senhor considera importante ser reavaliado?

Não sou um especialista em História do Brasil. Mesmo quando escrevia a respeito dela, fazia-o considerando-a somente como um caso entre outros no contexto das sociedades escravistas das Américas, não me ocupando de temas brasileiros devido a um interesse especial por História do Brasil. Veja bem: com isto não estou dizendo que a História do Brasil seja pouco importante, só estou afirmando não ser ela a minha praia, o setor em que prefiro atuar. Isto não me impede, é claro, de perceber coisas de que goste ou de que não goste, metodológica ou teoricamente, na obra de historiadores brasileiros que se interessaram pela História do Brasil. Dentre os historiadores que a meu ver mereceriam uma releitura que os valorizasse – naturalmente, considerando-os em seu próprio contexto histórico e nas limitações deste último, como tem de ser – citaria Pandiá Calógeras e Sérgio Buarque de Holanda. Ambos – muito diferentes, sem dúvida, entre si – efetuaram uma inserção interessante em algumas das correntes que tinham curso em suas épocas respectivas e, ao mesmo tempo, o fizeram com originalidade.

Seguindo o caminho contrário às grandes conceitualizações sobre o significado da história, para uma reflexão mais pessoal, como o senhor define a prática historiadora?

Eu trabalho, ao pesquisar sobre sociedades humanas do passado, numa área que tem problemas específicos de documentação: a Antiguidade; e, ainda mais, a Alta Antiguidade próximo-oriental, onde se situa a Egíptologia, e que se caracteriza por uma documentação que apresenta grandes lacunas e uma péssima distribuição das fontes no tempo e no espaço. Assim, valorizo muito uma prática de historiador que explicita de saída seus pressupostos teóricos e suas hipóteses heurísticas, em

lugar de deixá-los implícitos (existir, eles sempre existem, mesmo quando o historiador ignore ou negue sua existência). Seguindo o conselho de um grande especialista do século XX em História Antiga, Moses I. Finley, também acho que o historiador deve construir modelos não-matemáticos como parte do instrumental metodológico com cuja ajuda interroga a documentação. Isto já fora advogado, bem como ilustrado em sua aplicação, nos séculos XIX e XX, por pioneiros das ciências sociais tão diferentes entre si como Karl Marx e Max Weber.